

Ata da reunião do Comitê ODS, realizada aos vinte e oito do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 10h, nas dependências do Auditório, quinto andar do Paço Municipal, situado à Praça Mauá, s/nº, Centro, Santos.

Estiveram presentes, conforme lista acostada ao original desta ata, os representantes das seguintes secretarias e /ou autarquias: Secretaria de Assuntos Portuários e Projetos Especiais, SEPORTE, Secretaria de Comunicação e Economia Criativa, SECOM, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, SEDS, Secretaria Municipal de Educação, SEDUC, Secretaria de Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, SEMAM, Secretaria de Saúde, SMS, Secretaria Municipal de Segurança, SESEG, Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo, SETUR, Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, SEFIN, Secretaria Municipal de Governo, SEGOV, Prefeitura Regional do Centro Histórico, SEPREF, Ouvidoria e Controle, OC, Companhia de Engenharia e Tráfego, CET, Progresso e Desenvolvimento de Santos, PRODESAN, Fundação Arquivo e Memória de Santos, FAMS, Fundação Pró-Esporte de Santos, FUPES, Também houve a presença de visitantes, Marlon Enriquez Dominguez, OC, Ed Carlos Pereira do Nascimento, OC, Felipe Freitas Gargiulo, SECULT, France Michael Ferreira, SEINFRA. Pela articulação do comitê ODS.: Fábio Tatsumi Maeshiro, que presidiu a reunião, com assessoria dos integrantes do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, DEPODS, Gardênia Carvalho Francisco dos Santos. Aberta a sessão, o Diretor do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Sr. Fábio Tatsubô saudou os presentes, e ressaltou a importância da transversalidade, da integração intersetorial e da transparência das informações na gestão pública, reforçando que os compromissos, metas e indicadores assumidos pertencem ao Município de Santos e às suas sucessivas gestões, e não a gestores individualmente. Salientou que o acompanhamento das políticas públicas municipais é orientado pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), integrados ao 18º ODS, alinhados a mais de 300 indicadores locais aplicados em programas e redes de monitoramento, como o Programa Município Verde Azul e a Plataforma de Dados Abertos.

Na sequência, tratou-se da rotina de monitoramento, preenchimento e atualização de dados no sistema pelas secretarias municipais, esclarecendo-se que o papel do DEPODS não é meramente fiscalizar ou cobrar relatórios, mas atuar de forma parceira, prestando suporte técnico e facilitando a atuação dos pontos focais para garantir a continuidade dos lançamentos, a melhoria contínua dos indicadores e a regularização de inconsistências, atuando diretamente junto aos órgãos que apresentem lançamentos zerados. Em seguida, discutiram-se impasses sobre a titularidade e a atribuição de dados entre órgãos, ressaltando-se que eventuais alterações de responsabilidade não podem ser feitas de maneira unilateral nem sem aviso formal prévio. Citou-se o caso envolvendo o lote de 75 dados vinculados à Sabesp, referentes à gestão ambiental e ao contrato de prestação de serviços, em que houve tentativa de recusa de atribuição por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM) e transferência para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (SEINFRA); orientou-se que qualquer proposta de redistribuição de titularidade de indicadores deve ser devidamente justificada e formalizada mediante processo, encaminhada à secretaria competente e intermediada pelo DEPODS. Mencionou-se também o caso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS), que constava com dados zerados na plataforma e teve suas informações devidamente inseridas e regularizadas após articulação direta e alinhamento do DEPODS com a equipe responsável.

Continuando a pauta, foram prestados esclarecimentos a representantes de secretarias — a exemplo da Saúde e da Educação (Seduc) — que questionaram a indicação do status de preenchimento como “parcial” no painel de monitoramento mesmo após terem efetuado a inserção de dados referentes a meses anteriores, como maio; explicou-se que o status parcial indica que o indicador exige complementação, validação de informações

4
5
6
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106

pendentes ou atualização de períodos subsequentes para atingir cem por cento de consolidação. Para garantir o cumprimento dos prazos regulamentares de alimentação dos sistemas e evitar atrasos, definiu-se a operacionalização de uma estratégia de notificação estruturada em três níveis de comunicação: publicação oficial nos Atos Oficiais do Município; envio de comunicação oficial diária via e-mail aos pontos focais e responsáveis pelas secretarias; e envio de avisos e lembretes diretos no grupo de trabalho das equipes no aplicativo de mensagens WhatsApp.

Em relação aos compromissos internacionais do município, reforçou-se a extrema obrigatoriedade e pontualidade na entrega do Relatório de Engajamento ao Pacto Global da ONU, cujo ciclo de submissão ocorre a cada dois anos e possui prazo limite rigoroso e improrrogável no mês de dezembro, destacando-se que o descumprimento sujeita o município à exclusão imediata da rede global de cidades sustentáveis. Durante a exposição na tela, foi demonstrado o progresso do material já estruturado, totalizando 939 páginas compiladas de ações, programas e indicadores integrados da administração municipal. Apresentaram-se também os avanços da elaboração do Dossiê ODS Santos, documento que já conta com duas edições publicadas e consolida iniciativas do Poder Executivo Municipal, do Sebrae, de empresas parceiras e de organizações da sociedade civil, visando conferir visibilidade nacional e internacional às práticas sustentáveis de Santos.

Avançando para o gerenciamento das ferramentas de transparência, apresentou-se o panorama atualizado da Plataforma Dados Abertos, a qual contabiliza quase 1.000 dados e ações registradas e correlacionadas aos ODS; contudo, identificou-se que ainda persistem 116 dados pendentes de atualização e disponibilização imediata pelas secretarias, o pior indicador de monitoramento e desempenho desde sua criação em 2018, ressaltando-se a necessidade de célere regularização, observando os prazos legais e os parâmetros normativos do período eleitoral. Com o propósito de padronizar a coleta e facilitar o processo de diagramação das próximas edições dos relatórios institucionais, informou-se que o DEPODS disponibilizará às secretarias um modelo estruturado e padronizado via formulário, o qual deverá conter obrigatoriamente: identificação da secretaria ou órgão responsável, indicação da rede integrada, título da ação ou programa, ODS diretamente impactado, resumo descritivo sucinto e inclusão de fotografia representativa de alta resolução.

Como encaminhamentos finais da reunião, restou pactuado que: o DEPODS continuará prestando suporte presencial e remoto contínuo aos pontos focais para sanar dúvidas e regularizar pendências; toda e qualquer alteração na responsabilidade por indicadores entre secretarias deverá ser formalizada obrigatoriamente por processo; os prazos de inserção de dados serão cobrados sistematicamente pelos três canais de comunicação estabelecidos (Atos Oficiais, e-mail diário e WhatsApp); as secretarias mobilizarão suas equipes para sanar imediatamente a pendência dos 89 dados e concluir a consolidação do Relatório do Pacto Global da ONU (939 páginas) até dezembro; e o DEPODS encaminhará o modelo padronizado em forms para o envio das informações e fotografias destinadas às novas publicações. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Diretor Fábio Tatsubô, do que, para constar, a presente ata em texto contínuo, a qual segue submetida à aprovação e assinatura dos presentes.

Santos, 28 de julho de 2026.

Fábio Tatsumi Maeshiro
Articulação Comitê ODS
(assinado no original)